

Solução política

Economia - Brasil

O Governo projeta para este ano — e ainda para 2001 e 2002 — um crescimento médio da economia da ordem de 4%. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ocorrer em ambiente de redução dos índices de inflação: 6% no atual exercício, 4% em 2001 e 2% em 2002.

Essas projeções pressupõem que o programa de ajuste fiscal será fielmente executado, e que não haverá grandes turbulências no mercado internacional, a exemplo do que ocorreu no Sudeste da Ásia em 1997 e na Rússia em 1998.

Até agora, o Governo tem mostrado disposição para levar adiante o ajuste fiscal. O Executivo está respaldado na lei para alcançar o superávit primário definido no programa (que é imprescindível para se conter a dívida pública e abrir espaço para diminuição das taxas de juros), e, por isso, qualquer aumento de despesas não previsto na proposta inicial do Orçamento da União terá de ser compensado por cortes em outros gastos, ou então o Governo será obrigado a elevar impostos.

Esta foi a razão de o Governo não ter se curvado a apelos emocionais quando fixou o novo piso salarial. O Ministro da Fazenda explicou por várias vezes que o piso de R\$ 151, mesmo sendo baixo, embute um aumento real de 5% que, nas atuais circunstâncias, é o que pode ser concedido sem que sejam sacrificados gastos e investimentos federais nas áreas sociais.

Ao agir de forma austera, o Governo está também criando con-

dições para que nos próximos anos — caso se confirmem as projeções de crescimento da economia — o salário-mínimo possa ser beneficiado com reajustes mais expressivos.

Neste sentido, o acordo que estava sendo negociado pelos partidos que formam a base parlamentar do Governo seria uma boa solução para viabilizar a votação da medida provisória que fixou o novo salário-mínimo. Por meio de uma emenda à MP, ficariam assegurados aumentos reais para o mínimo nos próximos exercícios, obviamente condicionados à recuperação da economia como um todo.

Realmente, é muito importante que o Governo estabeleça algum tipo de meta para o mínimo. A tentativa de se instituir um piso equivalente a US\$ 100 teve o propósito de criar um horizonte, o que não deixa de ser compreensível. E já que existe todo um programa que, no momento, exige da sociedade grande sacrifício para que se possa colher os frutos dentro de um prazo relativamente curto, é natural que a elevação do salário-mínimo passe a fazer parte também desse processo de recuperação.

Seria uma saída honrosa para o atual impasse político no Congresso: o salário-mínimo fica em R\$ 151, que é o máximo que pode ser concedido sem comprometer as contas públicas, mas há uma garantia de aumento real nos próximos anos à medida que forem se confirmando as projeções de crescimento econômico. O objetivo político maior, de fortalecimento gradual do mínimo, estará sendo atingido.